

ANÁLISE QUANTITATIVA DE FONTES PAROQUIAIS E INDICADORES SOCIAIS ATRAVÉS DE DADOS COLETADOS PARA SOCIEDADES DE ANTIGO REGIME

*Ana Silvia Volpi Scott¹
e Dario Scott²*

RESUMO

Propomos a apresentação e discussão da utilização da base de dados gerada através do programa informatizado – NACAOB – que foi desenvolvido para coleta e organização das informações referentes ao Batismo/Nascimento, Casamento e Óbito, disponíveis nos registros paroquiais e civis para auxiliar os pesquisadores que se valem de fontes nominativas para seus estudos na área de História Demográfica, História da Família e História da População. A abordagem privilegiada explora as possibilidades de encontrar nos assentos paroquiais, a partir de tratamento quantitativo, elementos que auxiliem na busca de indicadores de caráter social para as populações analisadas em perspectiva histórica, disponibilizando, além disso, algumas considerações sobre procedimentos técnico-metodológicos também para o tratamento nominativo das informações coletadas sobre os distintos atores sociais.

Palavras-chave: Demografia histórica. Fontes paroquiais. Cruzamento nominativo. Análise quantitativa.

¹ Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos, Brasil. asvscott@gmail.com

² Mestre em Computação Aplicada pela UNISINOS-RS, Brasil. dariostt@gmail.com

QUANTITATIVE ANALYSIS OF PAROCHIAL SOURCES AND SOCIAL INDICATORS THROUGH DATA COLLECTED FOR SOCIETIES OF OLD REGIME

ABSTRACT

We propose the presentation and discussion of the use of database generated by the computerized program – NACAOB – which was developed to collect and organize information concerning Baptism/Birth, Marriage, and Death, available in parochial and civil records to help researchers who rely on nominative sources to carry out their studies on Demographic History, Family History, and Population History. The privileged approach investigates the possibilities of finding in parochial entries, from a quantitative perspective, elements that may help the search for social indicators for the population analyzed from historical perspective, making available, moreover, some considerations regarding technical-methodological procedures also for the nominative processing of the collected information concerning the distinct social actors.

Keywords: Historical demography. Parochial records. Nominative cross-checking. Quantitative analysis.

O estudo das populações em perspectiva histórica, seja através de análises de cunho quantitativo, seja através de metodologias que usem o tratamento nominativo dos dados, coloca os investigadores diante de uma série de desafios. Talvez, o mais importantes deles seja o fato de lidar com informações provenientes de fontes que não foram elaboradas com finalidades demográficas e/ou estatísticas e, muito menos para os estudos de família nos termos que interessam aos pesquisadores hoje. Nesse caso específico, de fontes não elaboradas com fins demográficos ou para o estudo da família e da sociedade no passado, encontram-se os registros paroquiais, os róis de confessados (listas nominativas elaboradas pelos párocos para controlar a população que se confessava e comungava na época da quaresma), os inventários e os testamentos, entre outras. Todas essas fontes, riquíssimas para os estudos de população, no entanto, podem e devem ser exploradas a partir de procedimentos específicos que as habilitem a nos informar sobre questões relativas às variáveis demográficas clássicas (como natalidade/fecundidade, nupcialidade, mortalidade e migrações). Da mesma forma, a partir de critérios e procedimentos técnicos e metodológicos adequados, essas fontes também estão aptas a dar uma contribuição fundamental para a história social, para a história econômica, assim como para a história cultural.

As últimas décadas têm testemunhado o crescente interesse de muitos historiadores em conjugar técnicas de cunho serial e quantitativo para a exploração de variáveis demográficas, e o uso de abordagens microanalíticas e nominativas que apostam na metodologia do cruzamento de fontes. Tais enfoques valem-se, na maioria dos casos, de um tipo específico de fontes, compostas pelos registros paroquiais e civis, e possibilitam tanto a exploração quantitativa dos dados, como a análise ao nível de identificação individual dos atores sociais.

Neste artigo, nosso enfoque está na utilização dos assentos ou registros paroquiais, procurando tecer considerações a partir de experiências de pesquisas desenvolvidas e em andamento que têm as fontes paroquiais como documentação básica. Isso se deve a uma razão fundamental: é a fonte mais “democrática”, pois tem a maior cobertura da população: livres e escravos; ricos e pobres; homens, mulheres, crianças, jovens, adultos, velhos, etc. A igreja preocupava-se “apascentar”, isto é, conhecer e controlar todas as suas “ovelhas”. Todos os indivíduos que professavam a religião católica e que nasciam e morriam, deveriam ser batizados e ter seu assento de óbito arrolado. Por sua vez, as uniões matrimoniais, legitimadas através da Igreja, quando (e se) ocorressem, deveriam ser assentadas nos respectivos registros de casamento.

A coleta dos dados em séries, por tipo de ato (batizados/nascimentos, casamentos e óbitos), possibilita aos estudiosos a exploração de séries quantitativas, a partir de diferentes variáveis, como sexo, estado conjugal, naturalidade, cor/etnia, idade. A análise dessas fontes teve papel fundamental para o desenvolvimento da Demografia Histórica contribuindo para um conhecimento mais aprofundado das populações do passado.

Contudo, as propostas da Demografia Histórica não se limitavam à quantificação e seriação dos assentos vitais, pretendia ir além. A metodologia que deu as bases para esse novo campo do saber foi denominada de *Reconstituição de Famílias*³. Ela propunha a elaboração de *fichas de família*, a partir dos nomes dos indivíduos coletados nas atas paroquiais, “personalizando”, assim, as populações. De fato, a proposta básica que estava por trás dessa metodologia era o *cruzamento nominativo* dos assentos de batizado/nascimento, casamento e óbito, com informações que permitiam “reconstituir a família biológica”, isto é, casal e filhos. Dessa maneira, a demografia histórica contribuiu para o estudo da população, a partir do uso das séries de batizado/nascimento, casamento e óbito e da metodologia de Reconstituição de Famílias, dando um aporte fundamental para se desvendar os comportamentos das famílias no passado, sobretudo para os períodos em que não havia censos ou que as informações sobre determinada população não eram produzidas com fins demográficos.

³ Criada na França, por Louis Henry na década de 1950.

Nas últimas três décadas, pelo menos, tal contribuição vem se consolidando, especialmente através da incorporação teórico-metodológica da micro-história e da microanálise. Esse aporte tem levado os investigadores a, cada vez mais, utilizarem uma gama variada de fontes nominativas que visam enriquecer o seu objeto de análise, para além das características demográficas que podem ser coletadas nos registros paroquiais e civis.

Atualmente muitos historiadores estão atentos e interessados na análise de *trajetórias de indivíduos e de famílias* e, desse modo, a disponibilização de programas e bancos de dados informatizados podem se constituir numa ferramenta poderosa para auxiliar o trabalho desses pesquisadores, uma vez que, ter a informação organizada ao nível individual e nominativo abre inúmeras perspectivas de trabalho, não apenas para quem está interessado nos indicadores demográficos mais gerais, como também para aqueles que têm como horizonte as questões postas pela história social, pela história econômica e pela história cultural.

Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo relatar experiências em andamento, a partir do uso de programa especialmente desenvolvido para a coleta de dados nos assentos paroquiais/civis (NACAOB), e mostrar ao leitor a maneira como a informação, armazenada em seus bancos de dados, dá a oportunidade para o pesquisador trabalhar nessas duas abordagens: tanto a exploração das séries dos batismos/nascimentos, casamentos e óbitos, de forma anônima e quantitativa, como também recuperar essa mesma informação, sem perder de vista o nível individual e nominativo, possibilitando assim, mais que a reconstituição biológica das famílias, alcançando a “reconstituição” dos vínculos familiares e sociais.

Em outras palavras, a partir dos assentos de batizado, casamento e óbito de uma determinada paróquia, por exemplo, é possível analisar a sazonalidade do evento, o número de crianças batizadas por sexo, o número de casamentos realizados, o total de óbitos, condição jurídica (livre, escravo, forro) ou a condição de legitimidade (legítimo, natural, exposto) dos indivíduos arrolados nos assentos, mas também podemos elencar todos os batizados atribuídos a certo casal. Isto é, cada batizado pode ser *conectado* aos seus respectivos pais, avós, padrinhos, recompondo não apenas os vínculos familiares baseados na consanguinidade e nas relações de afinidade, como também o parentesco espiritual, construído através dos laços de compadrio. Isso é possível através do cruzamento nominativo de toda a informação.

Para que isso seja colocado em prática o NACAOB permite que o pesquisador extraia tabelas com todos os indivíduos inseridos no banco de dados. Para cada indivíduo é possível mostrar/recuperar *cada um e todos* os atos a que ele está atrelado, o seu papel nesses atos, e todas as informações relativas a ele naquele dado momento. Voltaremos a esse tema mais adiante.

Entretanto esse processo de cruzamento nominativo revela-se difícil e complexo, especialmente para os estudiosos das populações luso-brasileiras devido a uma série de problemas já amplamente conhecidos. Isto é, falta de regras para transmissão dos nomes de família, alteração e/ou inversão dos nomes e sobrenomes, ausência de nomes de famílias para a maioria da população feminina, concentração na escolha de alguns nomes de batismo – tanto para homens como para mulheres –, alta incidência de homônimos.

Pesquisas que temos desenvolvido nos últimos anos mostram que, apesar de haver um leque amplo de prenomes disponíveis, as populações luso-brasileiras faziam suas escolhas em um universo muito restrito. Vejamos alguns dados que dão conta da realidade enfrentada pelos pesquisadores que usam a metodologia do cruzamento nominativo.

Entre os prenomes masculinos, dependendo da localidade, perto da metade, concentrava-se em cinco possibilidades: José, Antônio, Manuel, João e Joaquim. Em relação aos prenomes femininos, a preferência em todos os casos que foram analisados é por Maria, seguida de longe por Ana, Rosa e Joaquina. Esse leque restrito de nomes para ambos os sexos, adicionado à ausência de nomes de família ou sobrenome para a maioria das mulheres, pode dar uma ideia da dificuldade para identificação dos indivíduos no cruzamento de fontes. Somado a isso, devemos ter em mente, ainda, a possibilidade de inversão ou supressão dos nomes⁴.

Essa experiência nos levou a desenvolver alguns procedimentos que, ao mesmo tempo, facilitassem e procurassem garantir uma maior eficiência no cruzamento de fontes nominativas de procedência diversa, tratados em outras oportunidades e que não serão retomados aqui⁵.

Em atenção ao tema delimitado neste dossiê (análise quantitativa e indicadores sociais), teceremos considerações sobre as possibilidades e os limites para essa discussão, a partir do uso das informações disponíveis no banco de dados organizado através do NACAOB e os procedimentos adotados em nossas pesquisas.

O programa NACAOB segue a metodologia Henry (coleta completa dos dados das três séries, batizado, casamento, óbito) e permite ao pesquisador ter em mãos uma cópia fiel do documento manuscrito original. O ponto de partida são os atos individuais, com uma tela de inserção para os dados coletados no batizado, casamento e óbito, *vinculando a cada ato*, todos os indivíduos que foram arrolados no mesmo, apontando o “papel” desempenhado e os eventuais laços que uniam esses indivíduos. Vejamos um

⁴ Veja-se uma discussão mais detalhada sobre isso em Scott e Scott (2012).

⁵ Veja-se Scott e Scott (2006, 2009, 2012).

exemplo dos casais José Joaquim Luiz e Joana Margarida, José Joaquim Pereira e Joana Eufrázia, da freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre.

No primeiro caso, José Joaquim Luiz e Joana Margarida, desempenharam o papel de pais: batizaram quatro filhos: Miguel, 09/12/1801; Maria, 02/12/1804; Brígida, 16/05/1806; Anna, 21/08/1811. Pelos batizados temos também a informação relativa aos indivíduos que “desempenharam” o papel de avós paternos (José Martins Tiago e Josefa Maria de Jesus) e maternos (Manuel da Cunha Freitas e Maria do Rosario). Interessante é notar que essa informação só foi registrada pelo pároco nos batizados de Miguel e Maria, respectivamente realizados em 1801 e 1804.

O segundo caso é o de José Joaquim Pereira e Joana Eufrázia. Aqui temos a data de casamento de ambos, cuja cerimônia foi realizada em 22/07/1810. Já no ano seguinte, o casal batizou o primeiro filho, Peregrino em 18/12/1811. Também aqui temos os nomes dos avós da criança.

A partir do final do levantamento de todos os assentos de cada freguesia tratada, incluindo as três séries (batizado, casamento e óbito) o NACAOB realiza a etapa seguinte: a reconstituição das famílias, gerando-se uma ficha de família específica, na que o programa reúne todos os atos (atrelados a um casal) numa mesma ficha, quando não houve discrepância nos nomes. Assim, se os parâmetros selecionados para “consolidar a família” não têm uma coincidência de 100%, o programa não aceitará como válidos os vínculos, e entenderá que se trata de outra família e gerará uma nova ficha de família.

Nesta etapa a questão da alteração dos nomes dos indivíduos coloca os problemas maiores. Esse procedimento inicial de geração das famílias é automático e provoca, normalmente, a criação de um conjunto de fichas de família maior do que as que de fato existem. Essas fichas, por sua vez, serão eliminadas em etapas subsequentes, pelo próprio pesquisador, assim que ele fizer aquilo que chamamos de “consolidação da família”, isto é, quando todas as informações foram checadas e o pesquisador tem certeza dos vínculos estabelecidos, eliminando assim os *links* incorretos e/ou duplicados.

A título de ilustração, em projeto de pesquisa anterior utilizamos os registros paroquiais para a Vila da Lousã, comunidade portuguesa entre as décadas de 1860 e 1880.

Todos os dados relativos aos nascimentos/batizados e casamentos foram coletados, digitados e inseridos no programa, somando 4.547 batizados e 1.040 casamentos. Como esta metodologia pressupõe a *inclusão de todos os indivíduos registrados em cada ato*, ao final da coleta reunimos 37.611 nomes de indivíduos que desempenharam diversos papéis ao longo do período estudado: pais, mães, avós, padrinhos, testemunhas, isto é todos os indivíduos que foram arrolados ao lado das

crianças batizadas e dos homens e mulheres que se casaram na igreja paroquial da vila da Lousã.

Depois da inserção dos dados nas fichas de ato, rodamos o programa que gera as famílias através do cruzamento dos registros de batizado e casamento (os óbitos para a Vila da Lousã não estavam disponíveis na oportunidade). O resultado para a Lousã foi um total de 2.736 famílias cruzadas de maneira automática, sem a intervenção do pesquisador/usuário do programa. O cruzamento foi efetuado a partir das seguintes variáveis: o nome da avó materna, o nome da noiva (ou a mãe da criança no batizado) e o nome do noivo (ou do pai no caso do batizado). Devido à variação/ inversão dos nomes dos indivíduos, uma quantidade destas famílias reconstituídas automaticamente foram geradas por conta deste problema. Por exemplo, vejamos o que ocorreu com a família de Manuel Francisco e Rosa Conceição. Na identificação automática, realizada pelo NACAOB, encontramos quatro famílias em que o casal referido aparecia.

Manuel Francisco foi registrado no seu casamento com Rosa Conceição como Manuel Francisco Rita. A mãe de Rosa (sogra de Manuel) foi identificada com três variações de nome no conjunto dos 13 filhos que o casal gerou na Lousã: foi registrada como *Ana Jesus*, *Ana Conceição* e *Ana Maria*. Isto é, o cruzamento automático jamais poderia supor que estes nomes dissessem respeito à mesma mulher. Neste caso, a variação ocorreu no nome da mãe da noiva, mas houve casos em que mais de um indivíduo teve alterações, criando dessa forma inúmeras famílias, que na verdade diziam respeito a um único casal.

Estas mudanças no nome dos indivíduos geram, portanto, um conjunto maior de famílias, que caberá ao pesquisador, na fase seguinte do processo, corrigir, eliminando as que foram criadas por conta das diferenças encontradas nos nomes dos indivíduos intervenientes nos assentos referidos.

No caso da Lousã, que partiu de 2.736 famílias reconstituídas automaticamente, depois de toda a correção feita, este número havia caído para 1.762. Foram eliminadas 974 famílias. Esses números mostram que a reconstituição automática acertou em 64,4% dos casos, gerando um “retrabalho” em 35,6% das famílias. Esta operação é facilitada porque temos uma série de outras informações que são confrontadas para que a decisão final sobre a identificação seja tomada. A operação se processou com a importação dos dados gerados pelo NACAOB para uma planilha, na qual pudemos reorganizar a informação, a partir de diferentes critérios, e assim eliminar os casos de famílias que foram duplicadas ou até triplicadas.

A única saída para mitigar e contornar os problemas relativos à identificação correta dos mesmos indivíduos nos diferentes atos ao longo do tempo é a utilização de outros *atributos identificadores*, que se tornam fundamentais para dirimir estas dúvidas. Tais atributos se juntariam aos nomes pelos quais os indivíduos foram sendo

reconhecidos ao longo do tempo como, por exemplo, a naturalidade, o local de residência, entre outros.

No caso da vila da Lousã, também teve papel importante na etapa de identificação e consolidação das famílias reconstituídas o intervalo de nascimento entre os filhos dos casais. Esse elemento tornou-se uma ferramenta de identificação válida, pois o ritmo intergenésico era de tal maneira regular na população estudada que, muitas vezes, auxiliava a identificar famílias duplicadas ou triplicadas, exatamente pela falta de um nascimento entre outros dois anteriormente registrados.

De todo modo, as dificuldades enfrentadas a partir das metodologias que se valem do cruzamento nominativo de fontes históricas são comuns à maioria dos trabalhos e por isso o desenvolvimento de soluções que podem ser aplicadas a todas as pesquisas podem vir a facilitar o trabalho desenvolvido individualmente pelos historiadores.

O SOFTWARE NACAOB COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PESQUISADOR

As experiências que desenvolvemos mostraram que, se os procedimentos *totalmente* automatizados não são viáveis, de toda a forma eles podem constituir uma *ferramenta poderosa para auxiliar o pesquisador* na difícil tarefa de superar os problemas inerentes ao cruzamento nominativo, que se torna ainda mais complexo na medida em que ampliamos o leque de fontes utilizadas.

Procurando romper com a tradição de um trabalho de pesquisa individual e fechado em cada gabinete das universidades é que nasceu o Grupo de Pesquisa *Demografia & História*, cadastrado no CNPq e que reúne pesquisadores de instituições brasileiras, de norte a sul do país⁶. Concentra a sua atenção na questão dos regimes demográficos do passado brasileiro, procurando dar subsídios para essa discussão através da exploração das séries de batizado, casamento e óbito de variadas regiões do país.

Temos em uso uma versão multiusuário do NACAOB, com a qual os integrantes do GP *Demografia & História* trabalham para a inserção das informações coletadas nos registros paroquiais em um banco de dados unificado.

Desde 2006, quando foi instituído, o GP vem se reunindo com regularidade para discutir as possibilidades e os procedimentos para a uniformização e padronização da coleta dos dados paroquiais, que subsidiarão as análises relativas aos regimes demográficos, nos moldes propostos por Sergio Nadalin (2003, 2004), que lidera o GP.

⁶Informações no link: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=010360615VSA6C>>.

A versão atual do *software* em uso pelos pesquisadores do GP permite o trabalho simultâneo de diversos pesquisadores na mesma base.

A implementação da versão visual do NACAOB impôs uma série de desafios, tanto do ponto de vista da lógica da elaboração do programa, assim como em relação à parte técnica. Ao atender a demanda principal, de possibilitar que diversos pesquisadores inserissem dados de forma simultânea, em uma base de dados unificada, outras questões e imperativos surgiram, entre eles, como lidar com a complexidade em relação ao objetivo de manter a uniformidade ao mesmo tempo em que se pretende preservar as características peculiares apresentadas pelas fontes disponíveis para cada localidade. Além do mais, também foi fundamental criar áreas de acesso comum a todos os pesquisadores e, paralelamente, definir áreas de acesso limitado, destinadas apenas aos integrantes de cada subgrupo de pesquisa (atualmente existem grupos trabalhando em Porto Alegre, Belém e Campinas) e, assim, garantir que os dados inseridos por um pesquisador não fossem alterados por outro. Dar uma solução para essa questão implicou na criação de formas para controle da inserção de cada informação. Um exemplo disso foi a implementação de códigos de acesso personalizado para cada pesquisador e (ou) bolsista que integra a equipe.

Procurando evitar que a velocidade na inserção dos dados fosse baixa, optou-se por trabalhar com a base de dados de forma desconectada, garantindo dessa forma uma resposta mais rápida do *software*. Assim, a alternativa colocada em prática permite que os dados sejam “baixados” localmente e atualizados na base (quando necessário), para que sejam visíveis aos outros usuários.

Um dos pontos mais complexos e que deu margem a muita discussão entre os pesquisadores e a coordenação técnica do projeto, dizia respeito à definição dos padrões adotados pelas equipes que alimentam o banco de dados. Tais definições são fundamentais, dada a variação das informações que constam nos assentos paroquiais e a própria diversidade no arrolamento das mesmas. A prática nos mostrou que a variação das informações está diretamente relacionada ao pároco que fez o registro nos livros de batizado, casamento e óbito. Muito embora houvesse normas para a elaboração dos mesmos, definidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia⁷, elas nem sempre eram seguidas pelos padres em suas paróquias, que ora adicionavam informações que não constavam das Constituições, ora suprimiam aquelas que deveriam ser arroladas.

Ainda vale destacar que, para atender as demandas do Grupo de Pesquisa *Demografia & História*, o NACAOB exige para seu funcionamento um *link* de *internet*, pois os dados ficam armazenados em um servidor comum a todos. Assim, cada usuário do sistema deve acessar ao programa via *internet*, utilizando sua senha personalizada.

⁷ CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA, feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor Sebastião Monteiro da Vide, bispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707.

Sem dúvida, encontrar as soluções técnicas para atender aos pesquisadores, oferecendo um *software* que tenha uma boa velocidade de inserção dos dados, evitando que o trabalho seja excessivamente moroso foi um dos grandes desafios. A busca de soluções adequadas e que acarretem na melhoria do desempenho do programa continua a ser a meta a ser alcançada.

Sem dúvida nenhuma as informações coletadas e organizadas nos bancos de dados gerados a partir do uso do NACAOB se prestam a uma gama enorme de indagações. Respondem, obviamente, à questão da análise quantitativa, com base na exploração das séries dos registros paroquiais, além de dar subsídios de enorme valor para temas relativos aos indicadores socioeconômicos, assim como permite reunirmos elementos para discutirmos questões de interesse da história cultural como, por exemplo, os dados ligados às práticas de nomeação e as estratégias ligadas à escolha de certos nomes em detrimento de outros, entendendo-se aqui a transmissão do nome de batismo como um “patrimônio imaterial” a ser repassado às gerações seguintes⁸.

INDICADORES SOCIAIS A PARTIR DE FONTES PAROQUIAIS

Passemos agora a examinar as possibilidades de reunir indicadores de caráter social, através do uso das fontes paroquiais. Faremos algumas considerações a partir de dados relativos à Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre, pesquisa em andamento, que tem como recorte temporal os anos entre 1772 e 1835⁹.

A primeira questão importante a salientar, e que confirmou as expectativas dos pesquisadores diz respeito à variedade das informações que são arroladas nos assentos paroquiais. Embora todos os padres fossem instruídos a seguir as determinações das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia para a redação dos registros, confirmaram-se os problemas relativos à variação da quantidade e da qualidade dos dados, de acordo com a própria atuação e cuidado dos párocos responsáveis pela redação das atas. Além disso, cabe lembrar que o objetivo original da ata paroquial é servir como elemento de controle da igreja sobre o seu rebanho, no que diz respeito ao cumprimento dos preceitos relativos aos sacramentos. Assim, *nem sempre a fonte é pródiga em dar informações que indiquem, por exemplo, o estatuto socioeconômico dos intervenientes nos atos*. Contudo, isso não impossibilita o pesquisador de recolher

⁸ Sobre a questão das práticas de nomeação, a partir do uso dos bancos de dados do NACAOB, veja-se o trabalho de Camilo (2011).

⁹ O projeto Família e Sociedade no Brasil Meridional é que dá o suporte para essas considerações. Tal projeto conta com o apoio do CNPq e da FAPERGS, através de editais de apoio à pesquisa e Bolsas de Iniciação Científica. Agradecemos a essas instituições pela concessão dos recursos para viabilizar essa investigação.

indícios e dados de interesse sobre a condição socioeconômica dos indivíduos e, por conseguinte, sobre a estrutura social e mobilidade social dos indivíduos.

A paróquia da Madre de Deus de Porto Alegre, fundada em 1772, tem uma série completa e contínua de registros paroquiais. Para o projeto em andamento demos prioridade ao estudo do segmento livre da população. Temos para esse recorte o levantamento total dos assentos de casamento e estamos finalizando coleta das informações referentes aos batizados e aos óbitos. Em relação a esses assentos verifica-se que seguem, de maneira geral as normativas definidas nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia.

Façamos uma breve exploração das informações que constam com regularidade nesses assentos e, a partir delas, destacaremos as informações que são passíveis de tratamento e que dão elementos para refletir sobre “os indicadores sociais”.

Mas, antes disso, lembramos novamente que trabalhamos com uma população que vive em contexto muito diferente das sociedades atuais. Tratamos de populações que estavam inseridas em sociedades de Antigo Regime, isto é, em linhas muito gerais, que se caracterizavam por uma estrutura fortemente hierarquizada e estratificada em ordens. O lugar dos indivíduos nesse tipo de sociedade era estabelecido pelo nascimento e pelas funções sociais desempenhadas, tendo papel fundamental o prestígio e o poder de cada segmento.

No caso da sociedade colonial, ou de Antigo Regime nos trópicos, como a define a historiografia mais recente, temos o elemento estrutural composto pela escravidão, que acresce mais uma variável importante para a definição das hierarquias internas da sociedade e das funções desempenhadas pelos diferentes indivíduos que compunham a “população”. Essas considerações são vitais para a compreensão e discussão dos “indicadores sociais”, na perspectiva da história social e da demografia histórica. Voltemos agora aos assentos paroquiais.

Em relação aos casamentos, registrava-se a data da cerimônia, o local de realização da mesma, o nome do pároco celebrante, nome e condição jurídica dos nubentes, dos seus pais e testemunhas, suas respectivas naturalidades e o estado matrimonial de cada indivíduo, além da condição de legitimidade dos nubentes. Por fim, as assinaturas das testemunhas e do pároco. Nesse intervalo temporal, infelizmente, não foram registradas as idades dos indivíduos que se casavam. Contudo, essa valiosa informação para os estudos caráter demográfico e social pode ser obtida, pelo menos para uma parcela da população estudada, através da reconstituição das famílias. Nesse caso, podemos obter a idade de acesso ao matrimônio através do cruzamento das atas de nascimento dos indivíduos naturais da Madre de Deus e que lá também se casaram.

A partir daí, vejamos o que os registros de casamento da Madre de Deus de Porto Alegre¹⁰ podem sugerir sobre os indicadores sociais. Em uma sociedade típica do Antigo Regime, e que para mais é escravista, como é o caso da sociedade brasileira dos finais do século XVIII e inícios do XIX, uma das questões fundamentais diz respeito aos dados relativos à condição jurídica (separação entre livres, escravos e forros) e às informações sobre a cor/etnia.

Com relação à condição jurídica, apesar de termos privilegiado a população livre, as atas matrimoniais da freguesia analisada evidenciaram que o casamento poderia unir indivíduos de condição jurídica diferente, embora essa fosse uma alternativa reservada a um pequeno contingente de indivíduos. Nada menos do que 96,6% dos noivos que se casaram na freguesia eram livres (2.770 indivíduos) os restantes dividiam-se entre 2,5% de indivíduos forros (71) e 1,0% (28) escravos. Entre as noivas, verificamos que 91,7% delas eram livres, enquanto que as forras somavam 7,4% (212). Em relação às noivas escravas, elas não chegaram a alcançar 1% do total (26). Numa sociedade extremamente desigual e hierarquizada, o acesso ao casamento com indivíduos livres, pode ser considerado, sem dúvida, um movimento efetivo para galgar uma posição mais “qualificada” na comunidade, especialmente para as mulheres que estão numa posição de submissão, imposta pelos valores patriarcais vigentes. Portanto, a análise quantitativa dos dados nos leva a afirmar que os casamentos que *uniam indivíduos de condição jurídica desigual* eram pouco numerosos e, quando ocorriam, normalmente possibilitavam a ascensão para as mulheres, pois 4,7% dos casamentos uniram mulheres forras com homens livres.

Outro dado que pode ser explorado, ainda no nível da análise quantitativa diz respeito à questão da mestiçagem, embora limitada pelas informações disponíveis na fonte. Isto é, a possibilidade de analisar processos de mestiçagem, pelo menos, entre a população livre da freguesia da Madre de Deus, ficou condicionada e muito limitada por conta das informações arroladas (*ou, nesse caso, não arroladas!*) pelos párocos responsáveis pelo registro dos assentos nos livros paroquiais de casamento. Entre os 2.869 matrimônios realizados entre os anos de 1772 a 1835 verificamos que em 90% dos casos, pelo menos, a “cor” e/ou “etnia” dos nubentes *não foi declarada*. Dos noivos arrolados, não foram declaradas a cor/etnia em 91,6% dos casos. Os restantes estavam divididos entre 5,7% de noivos declarados negros (pretos), 2,2% dados como pardos e, finalmente 0,5% reconhecidos como índios.

Por sua vez, em relação às noivas, 90,2% não tiveram essa informação declarada. As negras, pardas e índias foram distribuídas, respectivamente, na seguinte proporção: 6,9% (negras); 2,2% pardas; 0,7% índias. Seguiram praticamente o mesmo padrão encontrado para os noivos.

¹⁰ Essas considerações se valeram de alguns dados extraídos da dissertação de Mestrado de Freitas (2011).

O cruzamento desses dados relativos aos noivos e noivas mostra que entre os “não brancos” (isto é, para aqueles que temos a informação relativa à cor/etnia declarada) o casamento se dava entre iguais. Isto é, verificamos um comportamento que revela um padrão endogâmico. Os declarados como “negros” pelo pároco, casavam-se, preferencialmente com as “negras”, os “pardos com as pardas”, os “índios com as índias”.

Por outro lado, a ausência da declaração explícita da cor/etnia é, talvez, o dado mais importante. Quer nos parecer que esse “silêncio” abre possibilidades interessantes para a discussão, lembremos, a título de ilustração, o trabalho de Hebe Mattos (2009), “*Das cores do silêncio*”. São inúmeros os historiadores que discutem o tema da “cor” na sociedade escravista brasileira. Aqui não queremos entrar nessa complexa questão, pois não é esse o nosso objetivo¹¹. De todo modo, os atributos relativos à cor/etnia e o modo como eram “vistos” através dos párocos pode dar elementos de interesse para o estudo dos indicadores sociais para as populações que viviam em sociedades escravistas como a do Brasil entre os séculos XVI a XIX. Lembremos que se trata de uma sociedade fortemente hierarquizada e escravista, e que o atributo cor/etnia tinha importante função para a definição do lugar social dos indivíduos, especialmente como um “atributo desqualificador”¹².

A questão da condição de legitimidade dos noivos também pode dar alguns indícios interessantes. Cerca de três quartos dos noivos (homens e mulheres eram legítimos, isto é de pais que haviam se casado legitimamente). Os restantes eram naturais (normalmente filhos de mães solteiras, mas também de casal que vivia em união consensual) ou expostos (crianças abandonadas ao nascer). Considerando-se apenas os casos em que se conhece a legitimidade de ambos, o casamento entre iguais, como preconizavam os adágios populares, reunia 62% noivos legítimos. A combinação noivo legítimo e noiva ilegítima representava 7% dos casamentos, enquanto que somente 3% dos casamentos unia uma noiva legítima com um noivo de condição ilegítima. Apenas 2% dos casamentos uniram indivíduos onde ambos tinham a condição de ilegítimos.

Entre os “ilegítimos” incluímos também os indivíduos expostos, que somam 43 casos. Na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre as mulheres expostas tiveram mais acesso ao casamento que os homens, na ordem de 5 para 1.

¹¹ Para uma discussão interessante da questão da cor na América portuguesa, entre outros, veja-se Guedes (2007), Lara (2012) e Raminelli (2012);

¹² Em relação a essa perspectiva, chama-se a atenção para algumas considerações expressas por Lara (2012) que dão uma interpretação diferente para a atribuição da designação “pardo”. Mas, nesta oportunidade, por conta dos objetivos do presente artigo, não entraremos nessa discussão.

Aliás, um exercício interessante ao nível do cruzamento nominativo dos assentos paroquiais com outras fontes eclesiais (róis de confessados e autos de justificações matrimoniais) pode brindar o pesquisador com dados que recuperam as trajetórias individuais e familiares dessas crianças que foram enjeitadas, como ocorreu com a pequena Anna, exposta em 12 de agosto de 1809, e batizada da paróquia da Madre de Deus em 23 de agosto do mesmo ano¹³. Aos 18 anos, em 1827, Anna casou-se com Guilherme Schröder, natural da Dinamarca e “*transitado da seita luterana*” como revela o assento de casamento. Só essa informação pode dar margem a inúmeras questões. De todo modo, no momento do casamento a exposta Anna foi identificada como Anna Rangel Moraes de Azevedo. Ela assumiu na vida adulta o nome da família que a acolheu: ela foi exposta na casa de Manoel Rangel Moraes de Azevedo. Sem dúvida um caso de mobilidade social, pois não só a menina foi acolhida pela família, que gozava de algum prestígio social, reconhecido através dos laços de compadrio estabelecidos com indivíduos que tinham patentes militares e que as mulheres eram identificadas como “donas”, recuperados na trajetória de Anna. Para mais, no auto de justificação matrimonial de Guilherme e Anna, ela assina o documento (FREITAS; SILVA, 2011), o que não é comum para as mulheres no contexto da sociedade brasileira da época.

Voltando aos dados relativos os indivíduos que se casaram na Madre de Deus, procuramos explorar os dados referentes a outros atributos, como aqueles que indicam as suas ocupações e/ou funções administrativas, militares e eclesiais.

O NACAOB nos possibilita acompanhar o “papel” que os indivíduos desempenharam e os seus eventuais atributos, em todos os atos aos quais foram arrolados, conforme podemos observar na figura a seguir.

¹³ Esse exemplo foi citado já em Scott e Scott (2012) e retomaremos aqui por conta da situação interessante e ilustrativa que reconstitui, e que foi explorada inicialmente por Freitas (2011) e Freitas e Silva (2011).

Figura 1 - Imagem de consulta de indivíduo no NACAOB

The screenshot shows the NACAOB software interface with a search filter set to 'Nome'. Below the filter are buttons for 'Consolida Indivíduos' and 'Desconsolida Indivíduos'. A table displays the following data:

Ind	IdC	IDFC	Bat	Cas	Obito	RFA	REV	RCA	Atributo	Nome	Sex	EC	CJ	Cor	Nat	Res	Or
73223			120...			PA				Francisco das Chagas Mattos	M	C	L				
93224			152...				PD			Francisco das Chagas Ribeiro	M	C			299	1	93
247992					7567				Capitão	Francisco das Chagas Rocha	M	C			113	5	93
4914			260				PD		Sargento	Francisco das Chagas Santos	M	C					43
6910			470				PD		Sargento	Francisco das Chagas Santos	M	C					
8155	1740	137	575			PA			Sargento	Francisco das Chagas Santos	M	C			384	5	78
27721	2100	318	3542			PA			Tenente C.	Francisco das Chagas Santos	M	C			384	5	
30147	1740	137	3912			PA			Tenente C.	Francisco das Chagas Santos	M	C			384	5	78
30163			3913				PD		ção informa	Francisco das Chagas Santos	M	C					25
30413			3996				PD		Tenente	Francisco das Chagas Santos	M	C					
251571			353			SR			Tenente G.	Francisco das Chagas Santos	M	C			299	102	21
263645			380			MP			Tenente G.	Francisco das Chagas Santos	M	C			105	118	93
121475			193...			PA				Francisco das Chagas Santa Rita	M	C			105	5	93
109404			175				PD		Marçal	Francisco das Chagas Santos	M	C			299	1	93
39163			5196			PA				Francisco das Mercês	M	C					
49073			6999			PA				Francisco das Mercês	M	C					
131479			210...			PA				Francisco das Mercês	M	C			299	1	93

Fonte: Assentos de Batismo, Casamento e óbito da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre

Podemos observar que o indivíduo selecionado participou de nove batizados sendo que em três deles foi registrado como “pai”; em um deles foi registrado como avô materno; em quatro oportunidades desempenhou o papel de padrinho e, em um dos casos, foi referido como proprietário de escravo (a) que tem filho batizado. O exemplo selecionado dá conta da importância de se coletar todos os assentos individualmente e, numa segunda etapa, cruzar as informações, no nível nominativo. No caso de Francisco das Chagas Santos podemos verificar não apenas os diferentes “papéis” que teve nos eventos, mas também podemos observar a variação das patentes militares ao longo dos anos observados.

Por fim, esse caso ilustra a situação de mudança na informação relativa aos nomes. Observe-se a linha branca entre as azuis. O indivíduo identificado com o número 121475, no batizado número 193, é o pai da criança. O nome registrado é Francisco das Chagas Santa Rita. Através do confronto dos dados, podemos considerar que se trata da *mesma pessoa*, Francisco das Chagas Santos, mas o pároco, naquela oportunidade, incorporou o local de naturalidade de Francisco, como parte de seu nome. Esse é apenas um dos incontáveis casos em que, apesar de diferença dos nomes atribuídos, o cruzamento de fontes permite ao pesquisador identificar essas discrepâncias e, na etapa de consolidação dos dados, definir que se tratava de um mesmo indivíduo.

O grande diferencial do NACAOB é que temos o registro dos indivíduos nos diversos atos. Isto nos possibilita a visualização deles ao longo dos anos sem a necessidade de retornar as fichas de atos como na metodologia clássica. Também nos apresenta toda a variação dos registros ao longo dos anos, como revelou o exemplo da figura 1. O programa registra sempre o indivíduo no evento em que ele tomou parte, fazendo a consolidação do mesmo num outro momento com o aval do pesquisador. O software ainda permite a inclusão de uma nota de observação para cada campo do cadastro de indivíduo.

Figura 2 - Cadastro de batizado NACAOB

Dados Básicos

Arquivo: Cuiá Metropolitana Porto Alegre
 Localidade: BR, RS, Porto Alegre, Nossa Senhora da Madre de Deus
 Documento: Livro de Batismos

Ministrou: Joseph Ignacio dos Santos Pereira (Coadjuutor)
 Registrou: José Ignacio dos Santos Pereira

Batizado: 15561 Localizar

Data de Batizado: 31/08/1814 quarta-feira
 Data de Nascimento: 14/08/1814 domingo
 Idade Calc.: 17 dia(s)
 Pasta: 300

Indivíduos ligados ao ato

Rel. Casal	Rel. Familiar	Rel. Evento	Títulos e Pat.	Nome	Sexo	Estado Civil	Cor	Legitimidade
	Mãe			Eufrazia	Feminino		Pardo(a)	

Naturalidade: Nossa Senhora da Madre de Deus
 Residência: 5

Ocupação: Proprietario
 Assinatura: Sem assinatura
 Cond. Jurídica: Escravo
 Proprietario: 95162

Observação: Declaro Antonia Rodrigues de Souza mulher de Antonio Joseph de Faria que de pura ausencia delles tinha recebido de Manoel Ignacio Barreto tinta e dozes mil reis pela alforria do

Idade: Anos: 0 Meses: 0 Dias: 0 Calcula

Ordem	RFA	REV	Nome	Sexo	EC	CJ	Cor	Leg	Individuo	Proprietario
0			Jonas	M			P	N	95160	
1	MA		Eufrazia	F		E	P		95161	95162
2	SR		Antonio Joseph de Faria	M					95162	
3	PD		Manoel Ignacio Barreto	M					95163	
4	MD		Tomazia Emilia de Oliveira	F					95164	

Tempo utilizado para carregar o formulario: 1 segundos - Quantidade de atos já cadastrados para o arquivo/localidade atual: 2937

Fonte: Assentos de Batismo da Freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre

A figura 2 tem como objetivo ilustrar a tela de inserção de dados relativos aos batizados. O assento mostra um caso que não é corriqueiro: o batismo de Jonas, filho da escrava Eufrazia, de propriedade de Antonio José de Faria. Informa o assento de batismo que a criança havia sido “alforriada na pia batismal”. A mulher do proprietário, Antonia Rodrigues de Souza, declarava (conforme observação inserida no banco de dados) que o padrinho, Manuel Ignacio Barreto, havia comprado a alforria do pequeno Jonas que, por isso mesmo, tinha sua ata de batismo assentada no livro relativo à população livre.

Embora os assentos de batismo tenham informações de caráter muito interessante, para o presente artigo, focado nos indicadores sociais, preferimos centrar

nossa atenção no caso dos casamentos (já explorados sumariamente) e agora nos dados coletados nas atas de óbitos. Nesses dois casos (casamento e óbito) concentramos nossa atenção nos “atores principais”, isto é, nos noivos e nos falecidos¹⁴.

Vejam, agora, o que nos revelam os óbitos da Madre de Deus de Porto Alegre. Temos um total de 7.815 óbitos cadastrados até o momento, distribuídos entre 4.734 homens, 3.075 mulheres e 6 indeterminados.

Em relação à cor/etnia, repete-se o que ocorreu no caso dos matrimônios: o dado não aparece de forma sistemática. Dos 7.815 assentos, apenas 1.073 dão indicações desses quesitos: em 222 assentos aparece a referência à condição étnica de “índio”; os identificados como “negro/preto” somaram 474 atas; a indicação para os “pardos” foram encontradas em 37 registros. Por sua vez, a indicação de “branco” apareceu explicitamente em seis assentos.

Contudo, como frisamos em relação aos casamentos, aqui também esse dado deve ser examinado criticamente e de forma contextualizada. Não podemos subentender que todos os que não têm cor declarada sejam “brancos”, mas o fato de que são “livres”, ou pelo menos, mais afastados da “condição” de escravo. Por outro lado, quando a cor/etnia é atribuída ela tem uma função “desqualificadora” e, com alguma frequência, vinha associada à condição jurídica de “forro”.

Em relação a esse quesito propriamente dito, i.e. condição jurídica, temos a sua efetiva indicação em apenas em 434 assentos: sendo a esmagadora maioria para indicar a condição de forro (425) os restantes reúnem 6 administrados e 3 escravos. Os restantes são os indivíduos livres arrolados no livro de óbitos.

Os óbitos, assim como os matrimônios podem conter informações importantes para discutirmos indícios relativos à posição social e indicadores de hierarquia no contexto da sociedade de Antigo Regime, que caracterizava o passado brasileiro. Embora sejam informações de caráter pouco sistemático podem nos dar elementos de interesse, como por exemplo, alguns atributos, ligados a títulos e/ou patentes, ocupações. No caso das mulheres, o atributo “dona” é o mais importante para definir uma posição mais privilegiada. Entre os 3.075 óbitos de mulheres, apenas em 116 receberam o atributo de distinção social “dona” (3,8% do total). Para os homens os atributos qualificadores mais recorrentes são as patentes militares nas tropas pagas e/ou milícias (das mais baixas, como soldado, até as mais altas como capitão, capitão-mor, sargento, sargento-mor, brigadeiro, tenente-coronel); sua ligação com a Igreja (padre, frei, reverendo) e casos de títulos nobiliárquicos (barão).

¹⁴ No caso dos batismos as informações sobre os recém-nascidos (que são os “atores principais”) têm menos contribuições a dar em relação aos “indicadores sociais”. Seria mais interessante, analisar os outros “atores” arrolados no batizado (pais e padrinhos).

Sem dúvida, os assentos paroquiais são fundamentais para a análise do perfil e do comportamento demográfico das populações. Mas, como vimos, é possível explorar alguns indícios de cunho social que contribuem para o conhecimento da população e da família no passado. Com criatividade e, sobretudo, através do cruzamento das três séries é possível reunir informações fundamentais para refletirmos sobre os indicadores sociais das comunidades que se organizaram em torno lógica das sociedades ditas de Antigo Regime.

REFERÊNCIAS

- CAMILO, Nathan. “*Feliz o homem que deixa um bom nome*”: práticas de nomeação e apadrinhamento na freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1810). 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo. 2011.
- FREITAS, Denise Terezinha Leal. *O casamento na freguesia da Madre de Deus de Porto Alegre: a população livre e suas relações matrimoniais*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) - Unisinos, São Leopoldo. 2011.
- FREITAS, Denise. Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini. O nascer e o casar através da trajetória de Anna Rangel: uma possibilidade de estudo das sensibilidades a partir da demografia histórica. In: JORNADA DE HISTÓRIA CULTURAL: SENSIBILIDADES. SANTANDER CULTURAL, 10., 2011. *Anais...* Porto Alegre: 2011.
- GUEDES, Roberto. Escravidão e cor nos censos de Porto Feliz (São Paulo, século XIX). *Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria*, Ilhéus, v. 10, n. 18, p. 489-518, jul./dez. 2007.
- LARA, Silvia. Hunold. No jogo das cores: liberdade e racialização das relações sociais na América portuguesa setecentista. In: XAVIER, Regina Célia Lima (Org.). *Escravidão e liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 69-93.
- MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista no Brasil. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume III – 1870-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 15-37.
- NADALIN, Sergio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. *Topoi: Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 222-275, 2003.
- NADALIN, Sergio Odilon. *História e demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: ABEP, 2004.
- RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor. Mulatos no Brasil e em Portugal c. 1640-1750. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 699-723, jul./dez. 2012.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Cruzamento nominativo de fontes: desafios, problemas e algumas reflexões para a utilização dos registros paroquiais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2006.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. NACAOB: una opción informatizada para historiadores de la familia. In: CELTON, Dora; GHIRARDI, Mónica; CARBONETTI, Adrián. (Org.). *Poblaciones históricas: fuentes, métodos y líneas de investigación*. Rio de Janeiro: ALAP, 2009, p. 171-185.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; SCOTT, Dario. Uma alternativa metodológica para o cruzamento semiautomático de fontes nominativas: o NACAOB como opção para o caso luso-brasileiro. In: BOTELHO, Tarcísio; Van Leeuwen, Marco H.D. (Org.). *História social: perspectivas metodológicas*. Belo Horizonte: Veredas & cenários, 2012. p. 83-108.